A PSICOPEDAGOGIA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

ROSILANE BRANDÃO TANAKA

RESUMO

A psicopedagogia desempenha um papel crucial no contexto da educação especial, fornecendo suporte e orientação para alunos com necessidades educacionais especiais. Este campo interdisciplinar combina conhecimentos da psicologia, pedagogia e áreas afins para compreender e intervir nos processos de aprendizagem de forma individualizada e inclusiva. Na educação especial, a psicopedagogia atua na identificação e avaliação das dificuldades de aprendizagem, auxiliando na elaboração de estratégias personalizadas para superar obstáculos educacionais. Por meio de uma abordagem holística, o psicopedagogo considera não apenas aspectos cognitivos, mas também emocionais, sociais e ambientais que influenciam o desenvolvimento do aluno. Além disso, a psicopedagogia na educação especial valoriza a inclusão e a diversidade, buscando garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas necessidades específicas. A colaboração com outros profissionais, como terapeutas, professores e familiares, é essencial para criar um ambiente de aprendizagem acolhedor e eficaz para todos os estudantes. A formação contínua dos profissionais da educação, incluindo psicopedagogos, é fundamental para aprimorar as práticas pedagógicas e garantir o melhor suporte possível aos alunos com necessidades especiais. O constante aprimoramento das técnicas de avaliação, intervenção e acompanhamento é essencial para atender às demandas em constante evolução da área da educação especial. Em suma, a psicopedagogia desempenha um papel essencial na promoção da igualdade de oportunidades educacionais e na garantia do pleno desenvolvimento de todos os alunos, contribuindo para uma educação mais inclusiva, diversificada e acolhedora.

Palavras-chave: Avaliação; Educação Especial; Psicopedagogia.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência é parte fundamental da política internacional que visa consolidar a paz. Assim, em 1995, a Conferência Geral da UNESCO proclamou a Declaração e Plano Integrado de Ação sobre Educação para a Paz, os Direitos Humanos e a Democracia, que em seu Artigo 8º afirma: "A educação deve desenvolver a capacidade de reconhecer e aceitar os valores que existem na diversidade de indivíduos, gêneros, povos e culturas" (UNESCO, 1995). Ademais, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no documento Focus on Peace Education (2015), proclama que pedagogias que focam na transformação e construção de uma cultura de paz promovem mudanças na forma de se relacionar com pessoas e grupos, por meio de práticas de justiça social que incluam relações justas, tolerância, inclusão e respeito aos direitos humanos em todas as esferas (UNICEF, 2015, pp. 18-24).

Pessoas com diferentes capacidades físicas ou mentais fazem parte de um dos sete grupos de pessoas marginalizadas com as características básicas inerentes aos representantes de qualquer tipo marginal (cultural, socioeconômico, político, religioso, etc.): as pessoas marginalizadas são afetadas em seu desenvolvimento pessoal, psicológico, profissional e social; sofrem crises de identidade; seu estado psicológico faz com que internalizem sua exclusão e se tornem dependentes dela a ponto de não poderem viver sem ela, perdendo assim sua direção e até mesmo o próprio sentido da vida.

Por um lado, as pessoas marginalizadas representam uma ameaça potencial à estabilidade social, pois possuem um sistema de valores socialmente isolado; por outro, as pessoas marginalizadas, que não se relacionam com as tradições de nenhum estrato social e se adaptam facilmente a qualquer nível social, são a força motriz da sociedade e atuam como inovadores que geram e apoiam ideias avançadas. Daí a importância de sua inclusão na vida social "normal" e a

relevância de abordar os problemas de diversidade, inclusão/integração, equidade e não discriminação.

Estudos mostram que a grande maioria dessas crianças " integradas", além de marginalizadas devido às suas capacidades físicas, compartilha as características específicas da marginalização socioeconômica, vivendo em comunidades deprimidas e socialmente isoladas, cujas condições de vida contribuem para o aumento da frequência de doenças e para a falta de estímulos que afetam diversas formas ou níveis de aprendizagem. São vítimas de segregação social e sofrem abusos e exclusão em sala de aula, o que prejudica sua educação básica sistemática e sua futura formação profissional.

Hoje, as sociedades estão mais conscientes da diversidade (física, cultural, econômica, religiosa etc.), gerando ações de inclusão e equidade e reconhecendo o direito natural e legal de todo cidadão de se integrar à sociedade desde cedo com igualdade de direitos.

A urgência de alcançar maior equidade social e educacional, o compromisso dos sistemas educacionais com uma educação baseada em valores para a cidadania democrática, a defesa de políticas inclusivas para os segmentos sociais mais desfavorecidos, a ênfase na dimensão pedagógica das mudanças educacionais, a necessidade de novos modelos de reforma que levem em conta as deficiências das experiências passadas e os desafios da sociedade da informação e do conhecimento são opções valiosas presentes em todos os atores políticos e sociais.

O DIAGNÓSTICO PEDAGÓGICO

As atuais demandas educacionais impõem desafios significativos que buscam atender às especificidades dos alunos a partir de uma perspectiva que contemple a diversidade e leve em conta as variadas perspectivas que os compõem. Assim, o conceito de psicopedagogia tem despertado interesse entre os profissionais dessas áreas, por se constituir em questão central em sistemas educacionais cada vez mais complexos. Exige também da profissão docente, uma vez que é exacerbada pela mudança radical e rápida nas estruturas científicas, sociais e educacionais, que sustentam e dão sentido à sua natureza institucional. Esses aspectos ressaltam a grande importância para o ensino das relações de aprendizagem, da convivência, da cultura do contexto e do desenvolvimento da capacidade de interação de cada um com o restante do grupo, com seus pares e com a comunidade que emoldura a educação, o que fundamenta a formação psicopedagógica dos professores.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2014), os desafios que visam elevar a qualidade e a equidade nos diferentes contextos educacionais da América Latina exigem a necessidade de dar especial atenção às políticas de formação de professores, que lhes permitam cumprir com sua responsabilidade social a partir de uma formação altamente competente e capaz de constituir uma fonte de motivação para seus alunos.

A partir dessas considerações, o processo voltado à formação de professores constitui-se em requisito para o aprimoramento no campo educacional e, assim, as políticas tornam-se um requisito determinante da efetividade do processo formativo.

Embora os conceitos em torno da psicopedagogia tenham sido objeto de diferentes critérios entre cientistas e profissionais das áreas pedagógica e psicológica, é pertinente refletir sobre a importância e o significado do processo de formação de professores, sob a perspectiva psicopedagógica, como condição necessária para a condução científica do processo educacional. Isso envolve a identificação de objetivos e necessidades de formação e o incentivo a uma atitude ativa no desenvolvimento de projetos educacionais como opção pedagógica que confere unidade e coerência ao trabalho coletivo em suas áreas de atuação.

O diagnóstico psicopedagógico, centrado na psicometria, tem mais de cem anos. Surgiu com o objetivo de identificar as limitações dos alunos para classificá-las e adaptar o apoio às suas necessidades. No entanto, essa prática passou por uma mudança significativa, deixando de analisar indivíduos para analisar contextos e as barreiras impostas à aprendizagem e à participação. Assim, uma nova abordagem para trabalhar com a diversidade surge em resposta aos desafios das escolas do século XXI.

Os modelos educacionais do século XX caracterizavam-se pela avaliação precisa da estrutura e do funcionamento do desenvolvimento cognitivo dos alunos. Essas avaliações focavam nas dificuldades de aprendizagem, o que levava ao uso indiscriminado de rótulos (FERNÁNDEZ SILVA E ORTEGA ALFONSO, 2016).

A rotulação cria expectativas negativas nos alunos e afeta sua autoestima, o que impede o reconhecimento positivo e a confiança em suas próprias habilidades de aprendizagem — elementos necessários para que as pessoas progridam e se desenvolvam.

Muitas pesquisas têm sido dedicadas ao estudo do diagnóstico e da caracterização de alunos. Durante anos, a atenção a esses temas foi direcionada para os extremos do comportamento intelectual: dificuldades de aprendizagem e habilidades excepcionais devido à superdotação.

Por outro lado, as práticas educacionais buscavam sublimar uma suposta faixa intermediária de comportamento intelectual, na qual a maioria dos alunos se enquadrava. Com base nessa homogeneização de grupos, foram desenvolvidos planos de ensino, e aqueles com dificuldades ou deficiências de aprendizagem foram rotulados como "alunos integrados ou incluídos" e considerados abaixo da média. Para esses indivíduos, foram desenvolvidos planos com ações corretivas e adaptações curriculares.

Se analisarmos os sistemas de classificação que acompanharam os processos diagnósticos psicológicos e pedagógicos, podemos afirmar que estes evoluíram ao longo da história como resultado dos avanços científicos na medicina, psicologia, sociologia e pedagogia.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a considerar a deficiência como uma combinação de abordagens médicas e psicossociais com a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (ICIDH) (OMS, 1980); isso representa um salto em nossa compreensão desses fenômenos. No entanto, foi com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (OMS, 2001) que o papel dos fatores sociais e dos contextos de ação na formação de uma deficiência associada a fatores biológicos começou a ser reconhecido.

Essas transformações levam a uma mudança nas avaliações psicopedagógicas, que incluem todos os componentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, tanto pessoais (professor-aluno) quanto personalizados (ambientes, contextos, currículo e componentes didáticos: objetivos, conteúdo, métodos, recursos e avaliação). No entanto, para atingir esse objetivo, é necessário ir além de um foco exclusivamente no aluno e, em vez disso, desenvolver um sistema abrangente de apoio e recomendações voltado para o aprimoramento da ação educacional, do planejamento, da implementação e da avaliação do apoio. É então que podemos falar de uma evolução de um diagnóstico focado no aluno para um diagnóstico focado no contexto.

Essa perspectiva alternativa abandona uma escola que enfatiza a identificação das lacunas, a identificação das deficiências e a atenção individual e segregadora, e a direciona para uma escola para todos. Essa abordagem alternativa prepara os membros da comunidade educacional para valorizar as diferenças, respeitar os outros e apoiar a participação e a convivência. O mais importante aqui não é a dificuldade, mas as barreiras que impedem a participação, a convivência e a aprendizagem dos alunos em sala de aula.

Embora os processos de diagnóstico e identificação de deficiências e necessidades educacionais continuem presentes nas práticas educacionais, uma espiral de transformações é evidente, que vai desde o atendimento clínico e assistencialista focado no defeito até a análise das barreiras impostas aos alunos para aprender e participar.

As avaliações psicopedagógicas devem se concentrar mais na melhoria da ação educacional, incluindo o planejamento, a implementação e a avaliação de materiais didáticos. Isso nos permite passar do diagnóstico das limitações do aluno para o diagnóstico das barreiras que o impedem de aprender e se desenvolver.

O século XXI traz de volta uma escola para a diversidade, com um modelo de educação inclusiva cujas abordagens transcendem a atenção à deficiência, buscando incluir a todos, independentemente de raça, gênero,

etnia, origem, etc. Isso cria uma ruptura interessante ao deixar de lado defeitos, fatores biológicos e aprendizagem não desenvolvida para encarar com otimismo os processos psicológicos em desenvolvimento, identificando as barreiras que os grupos humanos e a sociedade impõem aos indivíduos para que aprendam e participem. Isso facilita a identificação do apoio que pode ser oferecido nos diferentes contextos que cercam o aluno.

As reflexões desenvolvidas sobre a transição de processos diagnósticos com abordagem psicométrica e classificatória para processos mais integrais de identificação de barreiras à aprendizagem e à participação em escolas inclusivas permitem garantir uma educação mais equitativa e de qualidade para todas as pessoas, independentemente de sua condição, origem ou condição social e econômica. Com base nas análises realizadas, é recomendável organizar processos educacionais que eliminem as barreiras que impedem as escolas inclusivas de abordar a diversidade.

É importante analisar aspectos relacionados à Psicopedagogia como campo de conhecimento, partindo do entendimento de que ela é fruto da intersecção entre as disciplinas da psicologia e da pedagogia, o que acarreta diversos problemas epistemológicos.

Em relação à psicopedagogia, seu objeto de estudo aborda a relação sujeito-objeto do conhecimento, a partir do processo de apropriação, internalização e aplicação, bem como as ações de intervenção quando surgem determinadas dificuldades e alterações na aprendizagem, que podem ser decorrentes de fatores de natureza extrínseca ou intrínseca.

Debates em torno dos fundamentos epistemológicos relacionados à integração entre psicologia e pedagogia estão emergindo em diversos contextos científicos. Esses debates se baseiam nas necessidades e preocupações de profissionais da educação, motivados por seu interesse em aprofundar-se nos aspectos que impactam sua prática educacional a partir de uma perspectiva psicopedagógica e que são de extraordinário valor teórico e metodológico.

Existem diferentes critérios segundo Bertoldi & Vercellino (2013), em relação à concepção de psicopedagogia, para alguns autores ela é considerada uma disciplina científica (Ortiz & Mariño, 2014) ou uma disciplina científico-profissional (Cabrera Pérez & Bethancourt, 2010).

Um aspecto importante a ser considerado está relacionado às concepções metodológicas e aos referenciais teóricos da psicopedagogia, onde há uma visão integrada, porém a partir de abordagens distintas. Dentre os problemas comuns à Pedagogia e à Psicologia, Merani (1983) aponta que os problemas comuns à Psicologia e à Pedagogia estão relacionados ao objeto e, por sua vez, ao sujeito do processo, a partir da relação bilateral estabelecida entre o professor e os alunos, onde se manifesta uma relação dialética entre o pedagógico e o psicológico.

Diferentes posições têm sido consideradas em relação à concepção de psicopedagogia, em certo sentido ela tem sido levada em conta a partir de uma concepção prática, mais relacionada à intervenção no campo da aprendizagem (Mialaret, 2001; Cantú & Diéguez, 2008).

Em outra perspectiva, é concebida como uma disciplina que abrange em seu objeto de estudo o caráter preventivo, mais personalizado a partir do diagnóstico e da possibilidade de atender às necessidades no processo de aprendizagem (Atrio & Galaz, 1997; e Nazutti, 2009).

Segundo Ventura (2010), os problemas epistemológicos da Psicopedagogia são valorados a partir de uma dupla dimensão, uma interna baseada em seu próprio campo de conhecimento e outra externa relacionada às contradições epistemológicas que convergem dos discursos da psicologia e da pedagogia.

A concepção epistemológica da psicopedagogia passou por diversas vicissitudes em relação ao seu objeto de estudo, respondendo a demandas específicas da sociedade em determinadas áreas e buscando solucionar problemas advindos do meio social. Portanto, sua concepção emerge de uma análise progressiva que abrange desde o discurso comum até considerações relacionadas à conceituação e à intervenção, levando em conta demandas institucionais, familiares e escolares.

No desenvolvimento da concepção da psicopedagogia, manifestou-se uma segmentação em termos de suas considerações, tendo em vista que seu desenvolvimento foi permeado pelos preceitos que se protegem na Psicologia e na Pedagogia, cada um com suas características e formas peculiares que não permitem ter uma visão como ciência. Nesse sentido, como refere Coll (1996), o acesso aos diferentes espaços profissionais tem sido pautado na psicologia e na pedagogia, onde os pedagogos são obrigados a retomar a formação psicológica a partir de sua formação inicial e, por outro lado, os psicólogos são solicitados a recorrer à correção de sua falta de conhecimento sobre processos educacionais aos quais não tiveram acesso durante o curso de sua formação inicial.

Relacionado à análise epistemológica em torno da psicopedagogia, (Bisquerra Alzina (2005), aponta que em relação à psicologia da educação, as áreas que se referem a ela devem ser consideradas como uma ciência básica que fornece fundamentos sobre o comportamento.

Segundo Cabrera Pérez e Bethancourt (2010), a prática profissional no contexto da psicopedagogia transcende os serviços psicopedagógicos e de orientação escolar. Nesse sentido, como campo científico-profissional, expandiu-se em diferentes contextos educacionais para:

Contexto escolar: tarefas e atividades de coordenação e aconselhamento, promovendo a participação da família no desenvolvimento educacional dos filhos; tarefas de tutoria; coordenação no desenvolvimento de projetos curriculares de toda a escola; envolvimento em programas de apoio curricular.

Em relação à orientação profissional: informação, gestão, apoio e acompanhamento de colocações profissionais, orientação e acompanhamento de estudantes universitários no final da licenciatura e na transição para o mercado de trabalho;

Para menores em risco de abandono e abandono familiar; informação e capacitação familiar e social; ações preventivas comunitárias para crianças e jovens; atendimento educacional personalizado para menores sob tutela administrativa; atendimento educacional personalizado para menores com medidas judiciais, entre outros.

Atenta à diversidade e à educação inclusiva. Baseia-se no apoio educacional às pessoas com necessidades especiais e suas famílias, além do processo de estimulação precoce.

Embora existam diferentes critérios quanto aos fundamentos da psicopedagogia, como área do conhecimento ou como carreira, é significativo notar que uma relação dinâmica entre essas duas ciências se evidencia na atuação do professor, que se torna fundamento de sua atividade educativa.

É significativo que os conceitos socioeducacionais, no contexto atual, requeiram uma abordagem interdisciplinar na psicopedagogia, considerando que diversas disciplinas emergem em seu interior e que diferentes áreas de prática profissional a fundamentam. Isso leva a uma abordagem mais integrativa do processo educacional, na qual crianças, adolescentes, jovens e famílias participam de seu papel de promotores do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, defende-se uma abordagem interdisciplinar da psicopedagogia, que integre pedagogia, didática, psicologia educacional, orientação educacional e diagnóstico. Nesse sentido, promove-se a formação de profissionais com competências para implementar as ações psicopedagógicas exigidas pelo contexto social e educacional, independentemente das divisões disciplinares.

Segundo Ortiz & Mariño (2014), no contexto educacional atual, há alguns anos, a concepção de psicopedagogia vem sendo reiterada dentro das ciências da educação, não apenas como um campo do conhecimento científico, mas como uma carreira universitária e, portanto, como uma profissão no mundo. Nesse sentido, aponta que as relações entre essas duas disciplinas têm como aspecto comum as características do ser humano; no entanto, ao longo dos anos, percorreram caminhos paralelos, quando na realidade deveriam se preocupar com o homem concreto, conhecendo-o e educando-o, com o princípio de que não se pode formar alguém que não se conhece; da mesma forma, é importante considerar que complementam outras ciências que têm a ver com o desenvolvimento socioeducativo.

Nesse sentido, os professores precisam utilizar ferramentas de ensino, incluindo a capacidade de utilizar diferentes estilos de

aprendizagem, que lhes permitam conduzir o processo com eficiência. Para isso, precisam compreender as características individuais do desenvolvimento de seus alunos e oferecer alternativas flexíveis e diversificadas para lidar com as dificuldades que surgem no processo de ensino-aprendizagem, a fim de atingir os objetivos pretendidos.

Para Ortiz, a concepção de psicopedagogia passa a ser uma ciência aplicada que aborda preceitos e conhecimentos teóricos, integrados por princípios, categorias e modelos, mas que é utilizada no processo educacional, onde professores e alunos estão envolvidos de forma interativa, em um contexto sociocultural e histórico específico.

A concepção do processo educativo, como parte de seu objeto, relaciona-se à abordagem integral e interdisciplinar, levando em conta a amplitude e a complexidade expressas no processo de ensino-aprendizagem, onde se manifestam características muito peculiares, mas cuja essência é a formação e o desenvolvimento integral da personalidade dos alunos.

Em relação à definição do papel profissional do professor, cabe considerar suas funções em relação à direção do processo de ensino-aprendizagem e, não menos significativa, a atenção às necessidades educacionais de seus alunos e do contexto familiar em que se desenvolvem, tendo como base sua função orientadora uma das importantes funções que desempenham (ROJAS VALLADARES, 2016).

Nessa perspectiva, o professor torna-se o principal agente das transformações que a atividade pedagógica requer no contexto educacional atual, por perceber a necessidade de planejar, elaborar e executar uma prática pedagógica que favoreça uma aprendizagem que promova a plena realização do potencial humano, pautada na imagem de homem que a sociedade demanda.

Em estudos realizados em relação à formação psicopedagógica de professores, Palomero (2006) afirma que a qualidade do sistema educacional depende principalmente da preparação de seus professores, que além de serem especialistas em sua área devem possuir uma formação psicopedagógica de acordo com suas funções e com o desempenho que a sociedade espera deles.

Considerando essas ideias, pode-se afirmar que o professor assume, entre suas responsabilidades e funções, aspectos relacionados à orientação psicopedagógica em seu contexto de prática profissional, o que facilita a compreensão de seus alunos e lhe permite intervir como uma relação de ajuda.

Em relação à definição do papel profissional do professor, cabe considerar suas funções em relação à direção do processo de ensino-aprendizagem e, não menos significativa, a atenção às necessidades educacionais de seus alunos e do contexto familiar em que se desenvolvem, tendo como base sua função orientadora uma das importantes funções que desempenham.

Sem dúvida, no sistema educacional atual, os professores se tornam mentores, com base em seu papel e responsabilidade no cuidado de crianças e adolescentes. Eles não apenas fornecem a assistência necessária, mas também participam do processo educacional por meio de monitoramento e avaliação para aprimorar seu desenvolvimento, com base em um diagnóstico psicopedagógico.

Com base nas considerações de Bisquerra (2008), são diversas as necessidades educacionais apresentadas pelos alunos nas instituições, as quais demandam e requerem o apoio do professor em seu papel de orientador.

Nessa perspectiva, um aspecto significativo do seu papel como conselheiro é promover ações junto às famílias para influenciar sua preparação em relação ao manejo pedagógico dos diferentes comportamentos das crianças, bem como potencializar seu desenvolvimento.

Agora, no contexto da atividade psicopedagógica do professor, é importante considerar seu papel na prevenção, capacitação e reabilitação de crianças, adolescentes e jovens com dificuldades de aprendizagem, utilizando diferentes estratégias, levando em consideração a identificação da dificuldade de aprendizagem por meio do diagnóstico.

Por meio da avaliação, os professores identificam o potencial de aprendizagem dos alunos e orientam professores e pais por meio do relacionamento entre a instituição e a família. Isso significa fornecer aos professores os recursos e as habilidades que lhes permitam atender às necessidades dos alunos.

Neste contexto, a avaliação psicopedagógica é o processo constante e sistemático por meio do qual se pode avaliar o nível de desenvolvimento do aluno e as mudanças que nele ocorrem em decorrência do processo educativo e de sua interação com o meio natural e social.

É por isso que o diagnóstico psicopedagógico se torna uma atividade profissional para professores, permitindo-lhes avaliar o nível de desenvolvimento e progresso dos alunos com base nos objetivos educacionais estabelecidos nas esferas cognitiva e afetiva. Isso lhes permite identificar fatores que podem interferir no desenvolvimento individual adequado e adaptar o processo de ensino-aprendizagem às características e necessidades de cada aluno.

Nessa perspectiva, revela-se a necessidade de formação continuada dos professores, visando o desenvolvimento de competências para enfrentar os problemas que se colocam no campo educacional a partir de uma perspectiva psicopedagógica.

A partir dessa análise, destaca-se a formação do professor na perspectiva psicopedagógica, que proporcione a preparação necessária para gerir o processo educativo e orientar a partir das necessidades de seus espaços de atuação: a instituição, a família e a comunidade.

Os conceitos teóricos e metodológicos que fundamentam a formação de professores para um processo educacional de qualidade enfatizam a responsabilidade de assumir o papel de orientador, como agente de mudança na instituição educacional. Isso implica conceber seu trabalho como facilitador e pode gerar melhorias na qualidade dos processos educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É irrealista pensar que a educação especial desaparecerá como disciplina, visto que não está sujeita a políticas. Portanto, a educação especial continuará a contribuir para a educação em geral, inclusive por meio de pesquisas, do desenvolvimento de métodos de ensino úteis a todos os alunos (não apenas aqueles com deficiência) e da ampliação do conhecimento sobre as diversas deficiências e transtornos, bem como sobre habilidades e aptidões excepcionais.

A filosofia da educação inclusiva é muito atraente. Ela postula que as sociedades não devem apenas tolerar e respeitar aqueles que são diferentes, mas também valorizar positivamente suas diferenças.

No entanto, deve-se levar em conta que a inclusão não implica que o grupo majoritário concorde em aceitar a assimilação de grupos minoritários em sua cultura, na cultura dominante, mas sim que sua singularidade seja valorizada positivamente. E, certamente, existem muitos grupos minoritários que se recusam a frequentar escolas regulares. Por exemplo, o grupo de pessoas com deficiência auditiva que, em princípio, afirma não ter nenhuma deficiência; além disso, acredita que, tendo uma língua e uma cultura diferentes das da maioria, tem todo o direito de se constituir como um grupo étnico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ORTIZ, E., & MARIÑO, M. (2014). Uma compreensão epistemológica da psicopedagogia. Disponível em: www.moebio.uchile.cl/49/ortiz.html. Acesso em 20 ago.2025.

PALOMERO, J.E. (2006). Formação inicial de profissionais da educação em pedagogia intercultural: uma questão pendente. Revista Interuniversitária de Formação de Professores, 20(1), 207–230. Disponível em http://www.redalyc.org/pdf/274/27411310012.pdf. Acesso em 15 ago.2025.

ROJAS VALLADARES, A. (2016). Notas sobre o trabalho de tutoria na formação de profissionais do ensino superior. Revista de Educação, Cooperação e Bem-Estar Social, 10, 71-80. Disponível em http://www.revistadecooperacion.com/numero10/010-08r, 71-80. Acesso em 13 ago.2025.

ROJAS VALLADARES, AL, E ESTÉVEZ, MA (2017). Reflexões sobre a formação psicopedagógica de alunos da educação infantil na Universidade Metropolitana do Equador. Universidade e Sociedade, 9(2), 44-49. Disponível em https://rus.ucf.edu.cu/index.php/rus/article/view/662. Acesso em 12 ago.2025.

UNESCO. (1990). Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Centro de Recursos Digitais DEE. Disponível em: http://

educacionespecial.sepdf.gob.mx/educacioninclusiva/documentos/PolitcaInternacional/DeclaracionMundial.pdf. Acesso em 10 ago.2025.
UNESCO. (1995). Declaração e Plano de Ação Integrado sobre Educação para a Paz, os Direitos Humanos e a Democracia. Na Conferência Geral da UNESCO. Paris: UNESCO.
UNICEF. (2015). Foco na educação para a paz. ONU-UNICEF. Disponível em: https://www.unicef.org/spanish/education/focus_peace_education.html. Acesso em 10 ago.2025.